

## **"Pacote de bondades" nada. Reajuste de 5% pode custar caro**

O governo tem até o dia 31 de agosto para enviar ao Congresso a Lei Orçamentária Anual (LOA). É neste momento que os servidores públicos federais vão ter de fato a confirmação se haverá reajuste para 2022 ou não e quais serão as categorias atingidas, porque até agora Bolsonaro só deu aumento e progressões de carreira em sua gestão a militares.

Analistas avaliam que o "pacote de bondades", apresentado pelo presidente da República - que inclui o reajuste dos servidores, mas também o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, a extensão do auxílio emergencial e ampliação do novo Bolsa Família - é meramente eleitoreiro e não vai gerar impactos financeiros significativos à categoria.

Como o governo Bolsonaro quer atrelar o reajuste dos servidores à aprovação da reforma administrativa (PEC 32) - que destrói o serviço público e acaba com uma série de direitos do funcionalismo público-, o coordenador-técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, faz um questionamento: "O servidor vai trocar sua estabilidade por 5% e correr o risco de ser demitido mais à frente?". Ele frisa também que a proposta de emenda constitucional não é uma política de governo, ela muda o papel do Estado brasileiro e, principalmente, não tem potencial de economizar dinheiro em curto prazo.

Segundo o Dieese, esses quatro anos sem reajustes acumulam uma perda salarial de quase 40% para os servidores públicos federais do Executivo. Sendo assim, esses 5% que o governo fala em conceder serão insignificantes. Por outro lado, esse dinheiro vai acabar retornando aos cofres públicos porque muitos servidores vão mudar de faixa salarial e aumentar o valor da contribuição previdenciária. Será um mero jogo de números. Entra no contracheque por uma rubrica e sai por outra.

### **Granada**

Para o secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, esse "reajuste" é uma estratégia de Bolsonaro para conseguir apoio da categoria para sua reeleição em 2022. "Nós (servidores públicos) não somos bobos. Desde que assumiu o poder, esse governo tem nos massacrado, propôs a PEC 32 da reforma administrativa, que acaba com o serviço público, e nos tratou como inimigo na reunião ministerial de abril do ano passado, disse que estava colocando uma granada em nossas mãos, se referindo a proibição de reajustes por dois anos", lembrou o sindicalista.

### **Governo sem dinheiro?**

Para implementar o pacote de "bondades", o governo deve desembolsar mais de R\$ 60 bilhões. Mas, de onde ele vai tirar esse dinheiro? No caso do IR, por exemplo, são seis anos sem atualização da tabela. A última foi em 2015, no governo Dilma Rousseff. Atualizando os números, o trabalhador acumula uma defasagem de 36,9%.

Bolsonaro fala agora em ampliar o Bolsa Família e mudar o nome do programa criado na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), mas nos primeiros meses do seu governo, ainda em 2019, excluiu mais de 1,15 milhão de benefícios. Fausto Augusto Júnior questiona até que ponto o governo vai de fato ampliar o número de beneficiários, já que provavelmente muitas pessoas que foram excluídas devem voltar.

Outro dado importante trazido pelo coordenador-técnico do Dieese: Não é verdade que o governo não tem dinheiro, já que a arrecadação governamental é baseada no consumo. Sendo assim, com o aumento da inflação, a arrecadação aumenta e abre espaço fiscal, sem falar da PEC dos Precatórios, onde Bolsonaro pretende dar calote nas dívidas judiciais acima de R\$ 450 mil.

### **CNS pede arquivamento imediato da PEC 32, conhecida como Reforma Administrativa**

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou recomendação no dia 05/08, em que pede o arquivamento imediato da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32. A recomendação é direcionada à Comissão Especial,

criada pela Câmara dos Deputados para analisar o tema, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado apontou uma série de potenciais impactos fiscais derivados da aprovação da PEC 32/2020. A nota citada na recomendação do CNS ainda propõe medidas legislativas e/ou administrativas para aperfeiçoar a gestão das despesas com pessoal, buscando a máxima eficiência da administração pública.

Conhecida como Reforma Administrativa, a PEC 32 foi entregue pelo governo federal ao Congresso em setembro do ano passado. O texto já teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e agora tramita na Comissão Especial.

Para aprovar a proposta, são necessários os votos de 308 deputados. Após ser apreciada pelo plenário da Câmara, a matéria ainda precisa ser votada em dois turnos no Senado, antes de ser promulgada. A medida ainda não tem prazo para ser colocada em votação na Câmara.

## **Trabalhadores (as) da Enfermagem realizam ato em Brasília pela aprovação do PL 2564/20**

Entidades que representam, lutam pelas conquistas e pelos direitos de profissionais da enfermagem brasileira realizaram, no último dia 05/08, um ato, em Brasília, pelo Dia Nacional da Saúde. A manifestação, que contou com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), outras centrais, sindicatos e federações teve como tema "Valorizar a Vida é Valorizar o SUS" e como objetivo chamar a atenção dos brasileiros e dos parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2564/2020, que institui o piso salarial nacional da enfermagem vinculado a uma carga horária de 30 horas semanais para a categoria.

O ato aconteceu na Praça das Bandeiras, na Esplanada dos Ministérios, com a participação de trabalhadores, dirigentes e parlamentares. Nesse mesmo dia foi realizada uma audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados para debater o PL 2564.

O dia 5 de agosto foi escolhido para celebrar o Dia Nacional da Saúde por ser a data de nascimento do sanitarista Oswaldo Cruz, um importante personagem na história do combate e erradicação das epidemias da peste, febre amarela e varíola no Brasil, no começo do século XX. A data foi instituída em 1967 e além de ser uma homenagem e promoção de reflexão acerca do modelo de cuidado em saúde, é um chamado à ampla mobilização em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).



No dia 11/08, representantes da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, juntamente com o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef entregaram ao deputado Arthur Maia, relator da PEC 32/20, as propostas dos servidores contra a PEC da reforma administrativa.

